

# O Inseguro Bote Salva-Vidas: Uma Crítica a Garrett Hardin\*

José Augusto Drummond

logista "de direita", "privatista" ou apenas "conservador".

Como todos os conservadores que não são obscurantistas, as idéias de Hardin não podem ser ignoradas liminarmente pelos que se consideram progressistas. Hardin é pragmático, duro, realista. Hardin tem fundamentação científica, talento literário, apela ao bom senso, é agudamente político e tem coragem de mexer em assuntos "delicados" ou "desagradáveis". Por isso os seus textos são profusamente citados, com crítica ou aprovação. Ele mesmo, noutra obra,<sup>2</sup> se descreve, com evidente prazer, como um "perseguidor de tabus". Este ensaio crítico comprova que cedi à tentação de ingressar nas fileiras dos numerosos críticos e comentaristas de Garrett Hardin.

Neste texto quero focalizar a posição mais propriamente ética de Hardin, referindo-me às suas idéias de cientista ambiental apenas em caráter ilustrativo. A sua ética aparece na clara tomada de posição no delicado assunto da justa distribuição, entre países e povos ricos e pobres, dos recursos naturais escassos e das riquezas socialmente produzidas. Sua posição ficou conhecida pelo título do famoso artigo (de 1974) em que ele a defendeu pela primeira vez: a "ética do bote salva-vidas" (*lifeboat ethics*).<sup>3</sup> Ela é altamente relevante para avaliar o conteúdo das relações diplomáticas entre países ricos e pobres, especialmente os países ricos que são consumidores ávidos de

## 1 — Um Pescador Solitário em Águas Revoltas

Garrett Hardin é professor de Ecologia Humana na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Ele tem o mérito de ser autor de dois artigos que se situam entre os mais citados na enorme literatura contemporânea sobre ecologia, meio ambiente, movimento ambiental, consciência ambiental e ética ambiental.<sup>1</sup> São curtos, provocadores e difíceis de esquecer. Com eles Hardin ganhou a fama de ser um eco-

\* Esta é uma versão adaptada e ampliada do trabalho de conclusão apresentado na disciplina *Environmental Ethics and Philosophy* (Ética e Filosofia Ambiental), no trimestre de inverno de 1987, dentro do programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da The Evergreen State College (Washington, EUA). Agradeço os comentários do professor Thomas B. Rainey.

recursos naturais oriundos de países pobres.

O título sintetiza a metáfora que Hardin usa para ilustrar sua posição. Ele constrói um cenário catastrófico em que cada país do mundo contemporâneo é um bote salva-vidas flutuando no mesmo mar encapelado da escassez incontornável de recursos. Alguns botes, no entanto, têm situação bem melhor do que outros: estão mais vazios e têm mais mantimentos. São os países ricos de meados e fins do século XX. Os botes mais seguros e mais ricos são procurados pelos desesperados naufragos dos botes mais inseguros e mais pobres, superlotados e carentes de mantimentos, ou que simplesmente afundam. São os países pobres ou subdesenvolvidos.

É nesse cenário que Hardin discorre sobre a grave decisão moral hipotética imposta aos passageiros dos botes mais ricos e mais seguros: que fazer em relação aos naufragos dos botes mais pobres? As três alternativas apontadas por Hardin são: (1) abrigar *todos* os naufragos; (2) abrigar *alguns* naufragos; ou (3) *não abrigar nenhum*. Hardin, sem entusiasmo mas com firmeza, propõe a terceira solução. Para ele, os países ricos devem proteger os seus recursos e seus níveis de vida do assalto indiscriminado dos países pobres, fechando-lhe o acesso gratuito às suas vantagens. Se não puderem pagar pelo que precisam, que morram afogados.

Ele admite e discute as dificuldades éticas e as graves implicações morais dessa opção, mas afirma sem rodeios que ela é a única que permite a sobrevivência dos padrões de vida e de civilização alcançados pelos povos ricos do mundo contemporâneo. A salvação geral dos naufragos pela simples distribuição do patrimônio dos países ricos entre os países pobres seria, portanto, ilusória, pois a superlotação dos botes mais ricos e seguros acabaria colocando-os a pique também.<sup>4</sup>

É sobre esse cenário apocalíptico e suas implicações éticas que me concentrarei neste texto. Minha referência básica será

o texto de Hardin sobre a "ética do bote salva-vidas", de 1974, mas farei menção a algumas idéias suas expostas em outras obras.<sup>5</sup> As idéias ecológicas e éticas de Hardin constituem um fascinante amálgama de elementos atraentes e repulsivos. Comentar Hardin é um desafio. Outros autores, como Henry David Thoreau, Aldo Leopold e John Muir,<sup>6</sup> discorrem sobre as implicações éticas das relações dos homens com os elementos da natureza num diapasão muito mais próximo dos meus próprios valores e preferências pessoais.

Assim, comentar Hardin implica o desafio de separar suas idéias "boas" e "ruins". Isso mostra, antes de tudo, que é impossível para mim ser indiferente a Hardin, pois este texto resultou de minha batalha íntima com as metáforas e argumentos de Hardin, pescador experiente e sagaz, sentado em seu bote salva-vidas não tão seguro quanto ele mesmo pensa, num mar mais agitado que ele mesmo prefere, tentando fisgar incautos peixes ambientalistas. Esta é uma pequena homenagem à sua eficácia como escritor.

## 2 — A Isca

Um dos aspectos mais atraentes da obra de Hardin é a sua capacidade de integrar as muitas dimensões nas quais se dobra a problemática ambiental contemporânea. Se ainda fosse possível trabalhar com a precocemente envelhecida clivagem "ambientalistas versus não-ambientalistas" — pois que hoje quase todos são ou querem parecer ambientalistas —, Hardin estaria entre os mais sérios dos ambientalistas. Este autor focaliza a exaustão dos recursos naturais, a fome, a pobreza, o crescimento populacional, a preservação e o uso racional de recursos, os valores humanos em relação à natureza, as tecnologias modernas, as modalidades de organização econômica, as relações entre países ricos e pobres. Propõe que a

humanidade adote modos de vida que terminem com a pilhagem perdulária de recursos escassos e que distribuam melhor os resultados do trabalho humano.

Hardin, trabalha, há muito tempo, com uma perspectiva planetária dos problemas ambientais, escala que alguns dos principais movimentos ambientalistas atingiram apenas recentemente. Embora não seja pioneiro nem singular nesse aspecto, ele é extremamente eficaz nesse nível de análise, imprescindível numa época de economia mundial globalizada. Analisa o planeta e a humanidade que o habita, relativizando — sem anular — as circunstanciais divisões políticas que fracionam o uso dos recursos naturais e as divisões ideológicas e políticas que fracionam a espécie humana. Assim, a escala de sua análise é adequada aos problemas que analisa.

Nesse sentido, a metáfora do "bote salva-vidas" é um eficaz artifício analítico que ele adota, propositalmente, para polemizar com analistas que mantêm outra visão — e uma ética correspondente — do planeta Terra como uma "espaçonave".<sup>7</sup> Hardin sustenta, argumentando, que adotaria a perspectiva da "espaçonave" se uma sociedade planetária trabalhasse efetivamente sob alguma espécie de *autoridade mundial unificada* que exigisse responsabilidades iguais para e garantisse direitos iguais a todos os povos e países. Da maneira que a ordem internacional está montada, no entanto, políticas e práticas de governos e sociedades individuais tendem a se sobrepor ao interesse ainda politicamente abstrato da "humanidade".

Isso pode se manifestar tanto no uso perdulário ou desperdício de um recurso natural escasso existente dentro da área de soberania de um país isolado, quanto na destruição ou poluição de "recursos de propriedade comum" (*commons*) como os oceanos e a atmosfera. Hardin cita até a desvalorização intencional de moedas nacionais por governos interessados em vantagens comerciais e financeiras de curto prazo em escala internacional. Har-

din não aceita o cenário da Terra como uma espaçonave: falta-lhe uma tripulação harmônica e de reconhecida autoridade. À espaçonave ele contrapõe o cenário exasperante dos boques em mar revolto.

Uma contribuição permanente de Hardin à análise dos problemas ambientais contemporâneos é justamente o seu mencionado conceito de *commons*, ou seja, os "recursos de propriedade comum". É um instrumento analítico útil para avaliar as formas pelas quais as sociedades contemporâneas usam vastas porções do planeta Terra e seus recursos (atmosfera, oceanos, alguns rios e lagos, grandes porções de terras "virgens" etc.). Embora o conceito tenha desdobramentos éticos distintos do cenário de "botes salva-vidas", vale a pena discutir brevemente suas implicações. Hardin argumenta que nas sociedades contemporâneas, marcadas pela ordem econômica competitiva, todos os recursos colocados sob a égide imprecisa da propriedade "comunitária" ou "pública" tendem a ser sobreexplorados e exauridos. Por não terem um titular com *status* adequado à ordem competitiva — um proprietário individual — esses recursos acabam degradados ou exauridos pelo somatório descontrolado de usos maximizados irresponsáveis de indivíduos que, a curto prazo, nada têm a perder ou a zelar. Em palavras bem simples, isso significa: "o que é de todos não é de ninguém".

Hardin foi estigmatizado por essa posição que, para muitos, deu legitimidade a uma tendência de crescente "privatização" dos esforços dos países desenvolvidos na preservação e no uso racional dos seus recursos naturais. Décadas de trabalho governamental no sentido da racionalização do uso de "bens comuns" (parques nacionais, reservas biológicas, florestas nacionais, animais ameaçados de extinção, terras de pastoreio, rios, mananciais, estuários, águas litorâneas, terras de marinha etc.) foram, de fato, colocados em xeque por Hardin e seus seguidores. Direta ou indiretamente, Hardin afirmou que os recur-

tos naturais só serão adequadamente preservados ou usados se colocados sob a égide da propriedade individual, a única capaz de controlar o seu consumo irracional e de evitar a sua vitimização por externalidades negativas.

Evidentemente, essa afirmação tem muitos aspectos polêmicos que prefiro não discutir aqui. Destaco, sim, uma dimensão inequivocamente positiva do conceito de "recursos de propriedade comum" conforme usado por Hardin. Ele pode ajudar governantes, cientistas e os cidadãos comuns a formar uma visão bem mais realista — necessária em cenários de escassez — de que nada existe de "gratuito" no uso competitivo de recursos naturais. Na economia política desses recursos *nenhuma* *consumo é inocente*. Colocá-los sob a égide da "comunidade" ou do "patrimônio nacional" ou "patrimônio da humanidade" não implica, necessariamente, preservá-los, nem garante o seu uso "racional". Significa a obrigação de administrá-los *ativamente*, para subtraí-los do uso irresponsável de pequenos ou grandes atores competitivos. Hardin encontrou uma maneira eficaz de mostrar isso a ambientalistas e a administradores de todos os matizes.

Antes de enfrentar as espinhosas questões éticas implícitas no cenário dos "botes salva-vidas" ricos e pobres e na solução proposta por Hardin, vejamos uma questão correlata sobre a qual concordo com Hardin, embora por motivos diferentes dos dele. A proposta deste autor de os países ricos recusarem socorro a qualquer naufrágio dos "botes" afundados, pode ser entendida como uma mera defesa "egoísta" da manutenção do atual perfil de distribuição de riqueza e bem-estar. Mas o seu significado de longo prazo pode ser outro. Embora a atitude defendida por Hardin exija uma grande dose de "impiedade"<sup>8</sup> em relação aos pobres e aos desvalidos, concordo quando ele afirma que as nações ricas deixarão de ser "botes seguros" se socializarem sua prosperidade de forma

indiscriminada com a legião de "naufragos" dos países pobres.

Hardin quer, de fato, preservar estilos e níveis de vida dos países ricos, os quais considera intrinsecamente bons e ao alcance de todos os povos do mundo. Ele defende os botes ricos por serem *modelos* para os barcos pobres. Embora eu concorde que os barcos ricos afundarão se invadidos por todos os naufragos pobres, considero que os níveis de vida alcançados pelas populações dos países desenvolvidos *não podem ser obtidos pelos países pobres*. Isso porque eles se baseiam em níveis altíssimos de consumo de energia e recursos. Tais níveis são insustentáveis mesmo para uma minoria da humanidade, e simplesmente inconcebíveis como padrão estável para toda ela. Não há energia nem recursos suficientes para que todos os pobres vivam como os poucos afluentes, nem mesmo se uma improvável revolução econômica mundial provocasse uma súbita reviravolta distributiva no planeta.

Note-se que nem estou tratando da complexa e bem fundamentada questão de que a pobreza de muitos botes sustentada, em parte, a afluência de alguns poucos botes. Ou seja, não vou tratar aqui da "ordem internacional injusta" ou do "imperialismo". A questão é outra. Hardin, honestamente, acredita que os países ricos são "bons exemplos"; mercedores de proteção, para serem copiados num futuro próximo ou distante. Embora eu concorde que a riqueza dos países ricos seria destruída por uma hipotética invasão dos pobres, concordo com a opinião amplamente difundida de que o nível de vida desses países, gerador das maiores pressões sobre os recursos naturais do planeta, não é ambientalmente viável para toda a humanidade.

Um último ponto de concordância que tenho em relação a Hardin é a sua exigência normativa de que todos os povos tenham, simultaneamente, direitos e res-

ponsabilidades no que se refere ao consumo de recursos naturais. Na verdade, como mostrei na seção seguinte, apóio isso mais do que ele próprio. Mas concordo, por exemplo, quando Hardin aponta a "irresponsabilidade" de muitos povos pobres (e de seus governos) ao gerarem mais pessoas do que são capazes de sustentar. Há de fato muita "irresponsabilidade demográfica" (o termo é meu) nos países pobres, por motivos que não vou explorar aqui, embora queira ressaltar que os povos pobres não podem ser liminarmente culpabilizados pela sua pobreza.<sup>9</sup>

Hardin exagera claramente quando deplora a formação de "bancos mundiais de alimentos" e as operações de "ajuda externa". Segundo ele, trata-se de formas de bombear recursos preciosos dos países ricos para os países pobres, de graça ou a preços irrisórios, o que estimula a sua irresponsabilidade. Mas Hardin está certo quando lembra que os países pobres deveriam controlar melhor o crescimento de suas populações e o desperdício de seus recursos naturais, em seu próprio benefício e em nome de uma responsabilidade compartilhada pelos recursos do planeta.

Hardin, nas obras citadas, não menciona que alguns interesses poderosos dos países ricos — as multinacionais de setores intensivos de mão-de-obra e/ou altamente poluidores ou consumidores de energia — compartilham dessa "irresponsabilidade" com alguns países pobres que desejam se "desenvolver" a qualquer custo. Essas empresas se instalam ostensivamente em países com mão-de-obra farta e barata e com legislação ambiental inexistente ou ineficaz. De outro lado, Hardin não parece entender que grande parte das operações de "ajuda externa" dos países ricos são meras operações de financiamento comercial de longo prazo, nas quais os países pobres geralmente pegam — e caro — pelo que recebem.

Um terceiro ponto ignorado por Hardin é que o nível de consumo de energia e recursos de um cidadão de país rico tende

a ser dezenas de vezes maior que o de um cidadão de país pobre. Apesar dessas ressalvas e de outras que farei mais à frente, ainda assim concordo com Hardin na importância das responsabilidades ambientais compartilhadas de povos ricos e pobres e na necessidade de uma ordem política planetária que transcenda os limites de soberania dos atuais Estados nacionais.

### 3 — O Anzol

Os temas, as análises, os pontos de vista e as posições desassombradas de Hardin são como uma gorda minhoca se contorcendo no fim de uma linha que vem de um bote salva-vidas, aparentemente seguro, que flutua em águas moderadamente agitadas. Hardin fornece a muitos cidadãos perplexos ou ambientalmente conscientizados dos países ricos uma parábola sólida, mesmo que áspera. Ele retrabalha o mito moderno do belo planeta azul de recursos finitos a girar solitário no espaço infinito. Lamenta o consumo voraz dos recursos finitos do planeta, mas não esclarece bem quem os consome mais, pois ele se preocupa com preservar alguns recursos e racionalizar o consumo dos demais. Países pobres e ricos conseguirão sair da crise planetária através de um grande acordo que enfatize direitos e responsabilidades simultâneos e mútuos. O egoísmo dos ricos de hoje será redimido por um futuro de abundância para todos. Os pobres que sobreviverem saberão agradecer a "visão" dos ricos.

Há um anzol de pontas afiadas de baixo dessa minhoca em forma de parábola ambientalista. Sei disso e não mordo a isca. A minhoca mal consegue esconder o anzol. Consegui dar alguns mordiscos nas suas partes "boas". Garrett Hardin pode ser um bom pescador, mas eu sou um peixe mais esperto. Sua minhoca não disfarça suficientemente seu anzol.

Vamos considerar, em primeiro lugar, a própria metáfora do bote salva-vidas. Como disse acima, Hardin a emprega por que a chamada "ética da nave espacial", com que ele polemiza em seu famoso artigo sobre os botes, exige uma autoridade política mundial unificada, com jurisdição efetiva sobre todos os países e povos. Como não existe uma "coerção mútua mutuamente decidida" entre povos e países do planeta, Hardin conclui que, na prática, cada um pode fazer o que quiser, ignorando responsabilidades e, ainda, reivindicando ostensivamente direitos.

Há sentido em apontar um dedo acusador para os países que não controlam o seu crescimento populacional. Mas por que não condenar igualmente os países ricos que — como o Japão — permitem a seus cidadãos pescar predatoriamente nos oceanos do planeta? Ou como os EUA cujas companhias deliberadamente exportam indústrias "sujas" para países sabidamente incapazes de controlar as suas externalidades negativas sobre importantes recursos planetários? Como absolver os países ricos pelo seu descumprimento — e quase invariavelmente perdulário — com o sumo de recursos planetários no passado e no presente? Mesmo que esses recursos se localizassem todos dentro das fronteiras políticas desses países desenvolvidos — o que não é verdade —, não seria justo esquecer o seu papel histórico de péssimos "zeladores" dos recursos naturais próprios e alheios. Menos justo ainda é propor, como Hardin, um verdadeiro "reinício da história", mantidas as diferenças acumuladas, como se nada de importante tivesse ocorrido.

Os exemplos poderiam ser multiplicados. Mas prefiro passar a um ponto correlato. Não sustento que os países ricos tenham qualquer obrigação de abrir mão de sua soberania e distribuir suas riquezas entre os países pobres. Aliás, sequer concordo com a visão, muito comum entre ambientalistas de esquerda, de que a riqueza de alguns poucos países tenha

dependido inteiramente da pilhagem dos muitos países pobres. Enfatizo apenas que as nações ricas resistem, tanto ou mais que as nações pobres, à instauração de uma ordem mundial com direitos e responsabilidades mútuos proposta pelos partidários da "ética da espaçonave" e descartada por Hardin.

Na verdade, os países ricos são os que mais têm argumentos para ativar a emergência de uma autoridade supranacional com finalidade ambientalista ou qualquer outra. Embora a ausência dessa autoridade seja um motivo *lógico* para não crer na eficácia da "ética da espaçonave", não é uma razão *moralmente justa* para propor que as nações ricas se comportem como botes egoístas. Em suma, os países ricos de hoje são também ambiental e politicamente irresponsáveis, e são, por definição, os únicos países com uma "folga" suficiente para se portar de maneira menos egoísta e mais altruísta. Neste particular falta a Hardin a garra crítica com que estigmatiza os países pobres e a sua "explosão demográfica".

Quero agora articular uma outra idéia importante de Hardin — a "tragédia dos recursos de propriedade comum" — com os tropeços éticos dos seus protagonistas favoritos do cenário de "botes salva-vidas", os países ricos. Concorde que os recursos de propriedade comum são "inadministráveis", *mas apenas num sistema econômico competitivo*. Será que existe algum ator político que possa ser responsabilizado por isso mais do que outros? Creio que sim, pois foram os países ricos da Europa e seus similares os principais criadores e semeadores do sistema competitivo capitalista em quase todos os quadrantes do planeta. Sem querer romantizar as sociedades tradicionais, pré-capitalistas, destruídas ou transformadas no processo de expansão colonial européia-capitalista, muitas delas tinham formas eficazes — porque *milenares* — de administrar recursos de propriedade comum.

A impossibilidade de administrar propriedades comuns não é, portanto, universal no tempo e no espaço. Houve muitas sociedades de alta sinergia onde isso foi feito por milênios sem "tragédias", com a mesma tranquilidade com que os modernos enfrentamos os muitos e graves problemas criados pelas nossas economias de mercado ou centralmente planejadas. Há numerosos registros de desperdícios descomunais de recursos naturais comeditados, sob a égide da iniciativa privada, nos países ricos e nos países pobres. Estas, aliás, são duas das críticas mais comuns que Hardin recebe nesse particular. O que nem sempre se diz claramente é que os países hoje desenvolvidos têm em seus "currículos" colonialistas a *liquidação sistêmica de povos e sistemas sociais com "tecnologia cultural" eficaz na administração de recursos de propriedade comum*.

Se, como teme Hardin, alguns países pobres de hoje querem fazer da abundância existente nos países ricos um "recurso de propriedade comum", trata-se apenas de uma inversão do que vem ocorrendo nos últimos séculos, e não uma novidade apocalíptica. Acima de tudo, é eticamente inconsistente condenar os países pobres ao naufrágio porque supostamente tentam fazer aos países ricos as mesmas coisas que sofreram deles.

De toda forma, é bom enfatizar que a "tragédia dos recursos de propriedade comum" ocorre em países ricos e pobres, pois ambos têm ordens econômicas competitivas originárias de alguns dos países ricos de hoje. Os EUA poluem com a fumaça de combustíveis fósseis a atmosfera na sua região nordeste, e contam com o favor dos ventos para que as chuvas ácidas conseqüentes caiam em sua maior parte sobre o Canadá. Nada existe de eticamente chocante na possibilidade de os países pobres atuais exercerem pressões sobre o bem-estar dos países ricos como se esse bem-estar fosse uma "propriedade comum" da humanidade. Quando as sociedades pré-capitalistas ou não-com-

petivas — inclusive as que existiram dentro dos territórios dos atuais países ricos — foram liquidadas ou neutralizadas pelo colonialismo, muitos de seus recursos preciosos e de há muito preservados ou usados com moderação foram "liberados" e utilizados de forma absolutamente perdulária pelas metrópoles coloniais, quase todas elas integrantes dos países mais ricos do mundo atual.

A pressão dos países pobres só é chocante para aqueles que (1) pensam estar flutuando num bote salva-vidas muito seguro; (2) se recusam a ver que todos os botes têm uma história, em parte, interligada; ou (3) propõem que o passado seja "apagado" e que a humanidade "comece de novo" a partir da presente distribuição de recursos e bem-estar. Hardin consegue a proeza de combinar essas três posições vulnerabilíssimas. O casco de seu bote salva-vidas tem rachaduras sérias.

Não irei mais longe nessa linha de argumentação. Não é preciso considerar, em detalhes, quanto o bem-estar dos países ricos atuais foi construído com base na pilhagem de recursos de seus próprios territórios tratados como "recursos de propriedade comum". Basta mencionar que boa parte da prosperidade atual dos países ricos continua a depender do uso perdulário e imprevidente dos recursos planetários, inclusive a mão-de-obra dos países pobres. Enfim, Hardin está em terreno ético movediço quando justifica o egoísmo dos países ricos com a suposta "ameaça" dos países pobres de querer tratar a prosperidade daqueles como um "recurso de propriedade comum".

Os efeitos distributivos de longo prazo desse egoísmo são uma outra falácia de Hardin. Não há garantia moral de que as aquinhoadas gerações futuras, nascidas e criadas nos botes salva-vidas ricos, vão querer compartilhar o seu bem-estar e seu saber com os eventuais e famélicos sobreviventes dos naufrágios ao seu redor. Ao contrário, especulando no terreno estritamente ético, é muito mais provável que as

novas gerações afluentes educadas no egoísmo sejam ainda mais impiedosas com os náufragos pobres.

Outras falácias podem ser apontadas nos pretensos efeitos "altruístas" de longo prazo do egoísmo de curto prazo. Em primeiro lugar, a prosperidade atual dos ricos talvez dependa, muito mais do que Hardin quer, do uso direto e indireto de recursos pertencentes aos países pobres. Ao egoísmo dos ricos corresponderá um egoísmo moralmente justificável dos pobres. Que faria o Japão, por exemplo, sem o petróleo, o carvão e o minério de ferro de que é importador em 100%? Em segundo lugar, o próprio Hardin é o primeiro a mostrar que os níveis de vida dos países ricos de hoje desafiam a capacidade do planeta em sustentá-los. Ou seja, os países ricos consomem recursos demais, tanto próprios quanto alheios. Como então poderiam esses níveis serem sustentados pelo terço rico da humanidade, sem reciprocidade, por tempo suficiente para serem mais tarde "transmitidos" aos dois terços pobres? Hardin chegaria a propor a pilhagem *manu militari* dos recursos localizados nos países pobres.

Em terceiro lugar, no mesmo nível de especulação de Hardin, podemos pensar na possibilidade da emergência de estilos de vida ambientalmente sãos e socialmente justos em alguns países pobres se eles pararem de tentar "alcançar" os níveis e estilos de vida dos países ricos. Hardin parece preferir que todos os povos abocanhem o modelo urbano, industrial e de gigantismo tecnológico que mesmo os países ricos têm dificuldade de sustentar e que o próprio Hardin sabe criticar tão bem.

Em quarto lugar, nessa longa lista de falácias, há o fato inegável de que não são todos os habitantes dos países ricos que compartilham dos níveis elevados de vida defendidos por Hardin. As cifras oficiais, absolutas e percentuais, de cidadãos pobres crescem nos EUA desde a década de 1970. Os trabalhadores imigrantes na

Europa ocidental, ocupados em atividades que os afluentes cidadãos locais se recusam a executar, estão longe de compartilhar o bem-estar médio desses países ricos. Ou seja, os países ricos têm seus *graves problemas sociais internos*. Numa crise econômica ou ambiental planetária, os seguros botes salva-vidas dos países ricos podem muito bem sofrer naufrágios por distúrbios e motins *internos*. De novo surge a questão: é moralmente justificável tanto egoísmo para defender botes tão inseguros? Ao contrário do que Hardin apregoa, esses botes ricos não conseguem se sustentar sem os barcos pobres e nem conseguem distribuir satisfatoriamente a sua riqueza maior entre os seus próprios passageiros.

Como afirmei na seção anterior, concordo com a proposta de Hardin no sentido de que exista, à falta de uma autoridade mundial competente, uma responsabilidade compartilhada entre países ricos e pobres no tocante ao consumo de recursos planetários. Creio que esposo a tese de forma mais entusiástica do que Hardin, pois me preocupo mais com o cidadão rico, que gasta de 30 a 50 vezes mais recursos do que o cidadão pobre. Não há crescimento populacional dos povos pobres que compense esse desequilíbrio de consumo. Mesmo se os povos ricos todos zerassem seu crescimento populacional, um grave problema moral continuaria posto para eles. Eles usufruem mais do que os povos pobres dos recursos planetários e não têm razão moral nem factual de acusar o crescimento populacional dos pobres pela escassez atual ou futura desses recursos.

Há até algumas considerações puramente circunstanciais pertinentes a esse problema. Quando, afinal de contas, os países ricos vão decidir individual e coletivamente reduzir suas populações ou pelo menos zerar o seu crescimento? Se de um lado a Alemanha e alguns países escandinavos parecem ter estabilizado ou até baixado as suas populações nos últimos anos, o mesmo não ocorre com a França,



o Japão ou os EUA. Na verdade, em pleno fim da década de 1980, o governo da França estimulava oficialmente as famílias francesas a terem mais filhos.

Um último ponto: se Hardin pode pedir (exigir) que os governos dos países pobres limitem o crescimento de suas populações, eu e qualquer outro estamos moralmente autorizados a pedir (exigir) que os governos dos países ricos modifiquem os estilos de vida de seus povos para chegar a níveis menos perigosos de consumo dos recursos planetários. Com a exceção de alguns recentíssimos partidos "Verdes" da Europa ocidental, eu nunca ouvi falar de um político ou partido político (com base eleitoral significativa) dos países ricos que tenha apelado publicamente para a redução dos níveis de vida dos seus povos. Muito pelo contrário, todos os políticos e partidos dos países ricos compartilham do grande consenso: o crescimento econômico acelerado e ilimitado. É nisso que os eleitores acreditam e é isso que os políticos defendem.

Ora, o sucesso político ou eleitoral na maioria dos países pobres não é fácil para partidos e candidatos que defendam a redução do tamanho das famílias, pois a pobreza é aguda, os sistemas previdenciários são falhos e ainda existem valores culturais favoráveis às grandes famílias. Mais uma vez dentro do espírito de responsabilidade compartilhada proposto por Hardin, é justo exigir dos líderes de países ricos atitudes tão impopulares quanto as que Hardin exige dos governantes de países pobres. Não é ético esperar dos outros o que não estamos dispostos a fazer. É, no mínimo, contraditório.

#### 4 — O Pescador Solitário e o Mar Revolto

Nadei em torno do bote salva-vidas do pescador Garrett Hardin. Mordisquei sua isca e aprendi alguma coisa. Descobri as pontas de seu anzol e abandonei o resto

da isca. Verifiquei as rachaduras no pequeno casco. Espadanei alguma água e fiz algumas ondas para sacudir o bote um pouco. O pescador solitário ignorou minha presença e minhas manobras. Agora vou embora. Há uma tempestade escura se formando no horizonte, por trás do pescador, que teima em olhar para um lado só. Se ele não tomar uma providência, será engolido pela tempestade muito antes de alcançar porto seguro.

Sinceramente espero que o seu bote não afunde, pois o pescador é um adversário inteligente e corajoso, embora exasperante. Mas notei que ele está sem um colete salva-vidas e não tem sequer uma bóia. Talvez ele nem saiba nadar. Mesmo sem a tempestade, o seu bote está fazendo água. Mas espero que ele ao menos perca seu bote, sua vara, seu anzol e sua isca. Talvez isso o ensine a escolher um bote realmente seguro e a melhorar o seu equipamento de pesca. Por enquanto, nadarei pelos oceanos do planeta, esses maltratados recursos de propriedade comum, alertando contra a sua isca e o seu anzol, denunciando a fragilidade do seu bote. Espero que ele nunca fisque um peixe sequer.

(Recebido para publicação em janeiro de 1991)

#### NOTAS

<sup>1</sup> Refiro-me a "The Tragedy of the Commons", *Science*, n.º 162, 13 de dezembro de 1968, pp. 1243-8, e a "Living on a Lifeboat", *Bioscience*, vol. 24, n.º 20, outubro de 1974, pp. 561-8.

<sup>2</sup> Garrett Hardin, *Naked Emperors — Essays of a Taboo Stalker*, Los Altos, Califórnia, William Kaufman, 1982.

<sup>3</sup> É bom recordar que em 1974 os EUA e outros países ricos viviam escassez e carestia agudas de derivados de petróleo, depois que em 1973 os países "pobres" da OPEP elevaram repentinamente os preços do petróleo no mercado mundial. Essa foi uma experiência traumática para o povo norte-americano que, pela primeira vez, viu seu estilo de vida afiliente ameaçado

gravemente por uma coalizão de países "pobres".

4 Hardin descarta a segunda alternativa — abrir apenas alguns náfragos — sem maior discussão, pois considera impossível definir um critério eticamente aceitável para seleccionar os indivíduos merecedores de auxílio.

5 Além das três obras já citadas de Hardin, usei o seu excelente *Filters against Folly — How to Survive despite Economists, Ecologists and the Merely Eloquent*, Nova Iorque, Penguin, 1986.

6 Henry David Thoreau, "Caminhando", in *Desobediência — A Desobediência Civil e Outros Escritos* (2.ª ed.), Rio de Janeiro, Rocco, 1986 (disponível também em edição do Circulo do Livro). Aldo Leopold, *A Sand County Almanac*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1966.

John Muir, *My First Summer in the Sierra*, Boston, Houghton Mifflin, 1979.

7 Pelo que me consta, a imagem da "espaçonave Terra" foi explorada, originalmente, por Kenneth Boulding num artigo aliás tão famoso quanto os de Hardin, intitulado "The Economics of the Coming Spaceship Earth", in H. Jarrett, ed., *Environmental Quality in a Growing Economy*, Baltimore, Johns Hopkins, 1966.

8 O termo é usado por K. S. Schrader-Frechette na sua ampla investigação sobre as posições éticas ligadas a problemas sócio-ambientais, intitulada *Environmental Ethics*, Pacific Grove, Califórnia, The Boxwood Press, 1981.

9 Tratai dessa questão em "Ocupação da Amazônia, Conservação da Natureza e Crescimento Populacional", *Temas Fluminenses*, vol. 2, n.º 4, maio/agosto de 1989.

## Resumo

### O Inseguro Bote Salva-Vidas: Uma Crítica a Garrett Hardin

Apreciação crítica sobre as concepções éticas e ambientais do ecólogo humano Garrett Hardin. As suas formulações polémicas da "tragédia dos recursos de propriedade comum" (*tragedy of the commons*) e da "ética do bote salva-vidas" suscitam o debate sobre uma ordem mundial baseada

em critérios de uso racional dos recursos naturais e de justiça social. Mas sua defesa da apropriação privada dos recursos e do exclusivismo dos atuais países ricos introduz elementos contraditórios no seu modo de pensar.

## Abstract

### The Unsafe Life Boat: A Criticism of Garrett Hardin

The text provides a critical review of the human ecologist Garrett Hardin's ethical and environmental conceptions. His controversial formulations concerning the *tragedy of the commons* and the *lifeboat ethic* have fueled the debate surrounding a world order based on the criteria of rational use

of natural resources and social justice. But Hardin's defense of the private appropriation of resources and of the exclusionism practiced by wealthy nations today introduces elements of contradiction into his thought.

## Résumé

### Le Bateau de Sauvetage Précaire: Une Critique de Garrett Hardin

Ce texte offre une appréciation critique des conceptions que l'écologue humain Garrett Hardin a de l'éthique et de l'environnement. Ses écrits polémiques sur la "tragédie des ressources d'appartenance commune" (*tragedy of the commons*) et sur l'"éthique du bateau de sauvetage" suscitent tout un débat ayant trait à l'établissement

d'un ordre mondial basé sur des critères propres à assurer l'usage rationnel des ressources naturelles et la justice sociale. Mais la défense qu'il fait d'une appropriation privée des ressources et de l'exclusivisme des pays riches actuels introduit des éléments contradictoires dans son mode de pensée.